



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

DA MEDIDA À EXPERIÊNCIA: UMA REFLEXÃO SOBRE CORPO E UTOPIA

Autores:

Soraya Nórr - UFSC - soraya.nor@ufsc.br

Gabriel Grosskopf - UFSC - gabreorge@gmail.com

Lia Maestrelli Bizzo - UFSC - maestrellibizzo@gmail.com

Susan Natalí Oliveira Lecuona - UFSC - susan150795@gmail.com

Resumo:

A construção textual das Utopias se deu na forma de crítica a uma realidade vigente e a posterior proposição de modelos espaciais que abrigavam novas concepções e organizações socioespaciais. Como frutos de seu tempo, as obras literárias que descrevem cidades utópicas imaginadas no Renascimento reproduziram uma mentalidade de abordar o habitante utópico como um “corpo-medida”, racional e tipificado. Neste artigo buscou-se explicitar, em representações gráficas de cinco cidades utópicas desse período, o modo como os espaços foram imaginados segundo princípios racionalistas. Na contemporaneidade, mudou-se a mentalidade sobre a corporalidade, incorporando aspectos subjetivos e sensoriais à ideia de corpo, aqui chamado de “corpo-experiência”. Buscou-se confrontar as diferentes abordagens sobre corpo e espaço, identificando como cada uma dessas mentalidades influenciou na concepção de espaços.

DA MEDIDA À EXPERIÊNCIA: UMA REFLEXÃO SOBRE CORPO E UTOPIA

RESUMO

A construção textual das Utopias se deu na forma de crítica a uma realidade vigente e a posterior proposição de modelos espaciais que abrigavam novas concepções e organizações socioespaciais. Como frutos de seu tempo, as obras literárias que descrevem cidades utópicas imaginadas no Renascimento reproduziram uma mentalidade de abordar o habitante utópico como um “corpo-medida”, racional e tipificado. Neste artigo buscou-se explicitar, em representações gráficas de cinco cidades utópicas desse período, o modo como os espaços foram imaginados segundo princípios racionalistas. Na contemporaneidade, mudou-se a mentalidade sobre a corporalidade, incorporando aspectos subjetivos e sensoriais à ideia de corpo, aqui chamado de “corpo-experiência”. Buscou-se confrontar as diferentes abordagens sobre corpo e espaço, identificando como cada uma dessas mentalidades influenciou na concepção de espaços.

INTRODUÇÃO

O conceito de “Utopia”, usualmente identificado como “não lugar” ou “lugar fora da realidade”, foi cunhado por Tomás Morus em 1516 (MORUS, 2001) e não se relaciona diretamente com o “não lugar”¹ de Marc Augé (2004), embora ambos os termos sejam etimologicamente semelhantes. Morus inaugurou essa ideia-espaço não como um “não lugar”, mas como “algum lugar” imaginário que abrigaria uma realidade idealizada centrada em valores de justiça e igualdade, expressos na forma de uma organização social e territorial. Nesse sentido, o “não lugar” de Morus dialoga mais intimamente com o “lugar antropológico”² tratado por Augé, considerando que a utopia carrega consigo marcas do tempo e espaço em que foi idealizada.

No decorrer do tempo, o termo “utopia” inclinou-se mais para um sentido conceitual do que de descrição de um possível lugar físico. Usualmente o termo é empregado para descrever uma situação irreal e inalcançável, distante da realidade. Conceitualmente, Teixeira Coelho (1981) estabelece uma definição mais precisa do termo utopia. Para este autor, a utopia difere do sonho - produto mental subconsciente e imposto ao Ser - à medida em que assume uma postura crítica e consciente, com caráter propositivo e imaginativo de mudança e não um mero devaneio como muitas vezes esse conceito é tratado. Assim, o caráter imaginário das utopias deve ser compreendido como uma ação propositiva contrária a uma situação vigente, e também como um produto de seu tempo: a soma entre os dados reais de um período, as correntes filosóficas e tendências sociais daquele momento e a vontade humana alimentada por uma postura crítica (COELHO, 1981).

¹ Para Marc Augé o “não lugar” se representa por espaços não identitários, não relacionais e não históricos, um espaço “dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído em espectáculo” (SA, 2014)

² O contraponto do não Lugar para Augé é o “lugar antropológico”: espaço identitário, relacional e histórico. (SA, 2014)

“As utopias [...] possuem em comum o fato de descreverem não apenas uma sociedade ideal e perfeita, como também a descrevem de modo detalhado. É provável que nenhum dos seus principais autores creia que a sociedade descrita seja realizável. Mas foram movidos pelo desejo de criticar a sociedade de sua época e de propor reformas, que são cumpridas na sociedade utópica. [...] Ao lado da miragem de grandes descobertas que amplia os horizontes, se afirma a miragem da cidade justa, equilibrada; os acontecimentos religiosos, econômicos e políticos do século, a aspiração humanista à tolerância e à liberdade encontram na utopia seu meio de expressão ideal. [...] a utopia apresenta todos os aspectos de uma reflexão sobre o Homem” (BERRIEL, 2004a, p. 59).

Reforçando o fundamento da Utopia como a expressão espacial de uma sociedade que deseja mudanças, Françoise Choay (1985) inclui as ideias das utopias na reflexão teórica do Urbanismo. Esta autora defende que, além dos Tratados de Arquitetura, elaborados como conjuntos de normas e regras para a construção do espaço habitado, é importante incluir os pensamentos utópicos nessa linha do tempo, uma vez que os considera textos instauradores e influentes no processo de produção do espaço. Choay contrapõe as utopias (modelos) aos tratados (regras), enfatizando que, apesar de delegadas ao universo da ficção, as utopias representaram a aspiração por mudança - advinda do Renascimento - sobre a cidade no início da era Moderna (CHOAY, 1985).

Para estabelecer essa ponte, Choay argumenta que semelhante aos Tratados de Arquitetura do Renascimento, a construção textual das utopias se deu na forma de crítica a uma realidade vigente e a posterior proposição de modelos espaciais que abrigavam novas concepções e organizações sociais, considerando a época em que foram escritas. Desse modo, tanto os Tratados quanto as obras literárias Utópicas abordaram a construção urbana no plano intelectual e exterior à realidade vivida, submetido à perspectiva de seu autor, tal qual o fizeram também Alberti, em seu tratado *De re aedificatoria* (1452), e Filarete em seu *Trattato di Architettura* (1464), no qual desenhou uma proposta de cidade ideal chamada Sforzinda (BERRIEL, 2004b; CHOAY, 1985; GRENDLER, 1965). Choay apresenta possibilidades de se estabelecer um olhar sobre as utopias, considerando-as dispositivos de estímulo à crítica social, não apenas de forma verbal e escrita, mas propositiva e espacializada em modelos de cidades, que abrigariam organizações sociais também utópicas e cuja essência reflete o desejo por mudanças.

“Percebe-se então que a utopia, enquanto categoria literária criada por Tomás Morus, inclui dois traços comuns a todos os escritos do urbanismo: a abordagem crítica de uma realidade presente e a modelização espacial de uma realidade futura. Ela elabora, numa perspectiva não-prática, em termos quase lúdicos, um instrumento que poderia servir efetivamente para a concepção de espaços reais” (CHOAY, 1985, p.7).

É a partir desse entendimento que se iniciou, em 2015, a pesquisa que deu origem a este artigo. A pesquisa (*nome censurado para preservar o anonimato do artigo*) foi desenvolvida em parceria entre o grupo PET Arquitetura e Urbanismo e o Laboratório de

Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (AUTORES, 2016), tendo como objetivo desenvolver estudos sobre 5 cidades utópicas³ do período renascentista, propondo a representação gráfica de seus modelos espaciais. A metodologia adotada estabeleceu etapas de pesquisa bibliográfica⁴ e de análise de conteúdos para elaboração de croquis, desenhos e esquemas que espacializaram e ilustraram os ambientes descritos das cidades estudadas.

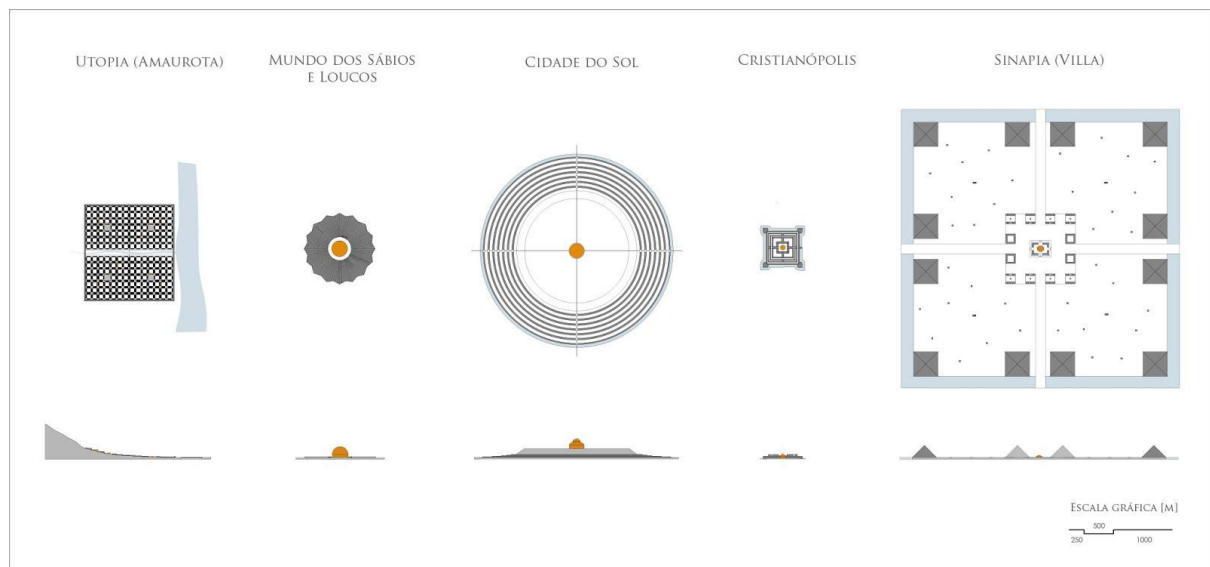


Figura 1 - Localização dos espaços sagrados (em cor laranja) nas cinco cidades utópicas apresentadas neste artigo, em plantas de implantação e perfis, confrontadas em suas dimensões. Da esquerda para a direita: Amaurota, capital da Ilha de Utopia (1516); Mundo Sábio e Louco (1552); Cidade do Sol (1602); Cristianópolis (1619); e Sinapia (1682). Elaborado pelos autores.

Durante a elaboração dos croquis das paisagens imaginárias das cidades utópicas, percebeu-se que todos os autores utilizaram medidas antropomórficas. Isso porque o sistema métrico decimal só foi internacionalizado no século XIX, o que os obrigava a utilizar medidas baseadas no corpo humano, as únicas que conheciam. Assim, percebe-se uma relação dimensional entre corpo humano e espaço. No entanto, o corpo pode ser um instrumento de pesquisa, que permite investigação do espaço, a deambulação e o deslocamento. Ao abordar esse assunto, Careri (2013) explica que o ato de atravessar o espaço nasce da necessidade de encontrar alimento para garantir a própria sobrevivência. Mas uma vez supridas as necessidades primárias, o caminhar transforma-se num ato simbólico, que permite que, de fato, a mulher e o homem habitem o mundo. É assim que o caminhar, presente desde o paleolítico, foi ganhando novos significados através dos séculos, até que hoje se possa afirmar que através da errância é possível descrever e modificar espaços, preenchendo-os de significado. (CARERI, 2013) Assim, entende-se que as relações

³ Utilizou-se a classificação de Choay (1985) como critério de seleção das utopias a serem estudadas.

⁴ Foram selecionadas inicialmente onze cidades utópicas da Idade Moderna. Deste universo, foram detalhadas na primeira fase dos estudos cinco cidades, que compreendem um período de 166 anos, entre 1516 e 1682.

São elas: Utopia, de Tomás Morus - 1516; Mundo Sábio e Louco, de Anton Francesco Doni - 1552; Cidade do Sol, de Tommaso Campanella - 1602; Cristianópolis, de Johannes Valentinus Andreae - 1619 e Sinapia, atribuída a Pedro Rodríguez de Campomanes - 1682.

que o corpo pode estabelecer com o espaço ultrapassam comparações dimensionais e ganham densidade ao incorporarem experiências e sensações mundanas.

Os aprendizados adquiridos durante o período de pesquisa ofereceram elementos importantes para estabelecer pontes entre o contexto contemporâneo e o renascentista, entendendo-se ambas épocas como momentos de crise de modelos vigentes ao seu tempo. Isso porque, mesmo que uma utopia não esteja imune à influência de fenômenos contemporâneos ao que vive seu idealizador, ela possui um caráter universal de busca de contraponto e testes de futuro possíveis e desejáveis. Da mesma maneira, a experiência da cidade desperta a curiosidade e o desejo de perenidade e de mudança de certos aspectos espaciais. Essa investigação, possível apenas se o corpo errante se dispuser a vagar pelo caos citadino, propõe-se em encontrar o que escapa do projeto objetivo e formal da materialidade construída, visitando sensações que emergem do vazio em meio ao edificado. Dessa maneira, o corpo passa a ser o centro da investigação, transformando o percurso em experiência, questionando o hábito de preencher o espaço de “coisas” e preocupando-se em enchê-lo de significados. Esta aproximação e reflexão é o ensaio que se fará neste artigo.

A partir dos desenhos e das leituras acerca da paisagem imaginária das cidades utópicas, fizemos reflexões sobre o corpo na cidade. A metodologia para fazer essas considerações consistiu em reunir os resultados da pesquisa e estudá-los sob o viés do corpo. Assim, comparamos os resultados com as noções contemporâneas do corpo na cidade, imaginando os percursos descritos pelos autores, e percebendo a rigidez com que são performados nas utopias, uma vez que, pelas descrições nos livros, não permitem acasos, nem afloram sensações no corpo que os executam.

DESENHANDO AS UTOPIAS RENASCENTISTAS

O período histórico e cultural conhecido como Renascimento ocorreu na Europa entre meados do século XIV e o fim do século XVI. Durante esse espaço temporal impera o resgate da cultura greco-romana, trazendo à tona o antropocentrismo e o individualismo. Um fato emblemático, que afirma o resgate ao antropocentrismo e a entrada do Renascimento na história, é o desenho do homem vitruviano, feito por Leonardo Da Vinci. Com o desenho da figura de um homem deitado, com braços e pernas esticados em duas posições diferentes e inscritos em um quadrado e um círculo, Da Vinci ilustra as proporções humanas anteriormente estudadas por Vitruvius, em seu tratado de arquitetura. Essa imagem cristaliza o resgate à cultura clássica num momento em que se procurava estabelecer um tipo ideal de beleza e de proporção (MICHELS, 2000).

Na Inglaterra, durante o século XVI, reinava a dinastia Tudor. O período da monarquia de Henrique VIII e seu pai, Henrique VII Tudor, foi marcado pelo incentivo à expansão marítima, resposta natural ao crescimento das atividades comerciais, geradas pelo esgotamento da ordem feudal. A decadência do feudalismo deu espaço para a criação de monarquias centralizadoras e das primeiras cidades, nas quais começaram a ser expressos os valores desse mundo urbano (SEVCENKO, 1994).

O autor de “Utopia”, Tomás Morus, foi chanceler do Rei Henrique VIII num período em que a Inglaterra foi expoente das grandes navegações. As terras americanas suscitavam a imaginação e a curiosidade da nobreza europeia e, talvez por isso, o autor coloca a ilha próxima do que hoje é a América do Norte (COELHO, 1981; MORRIS, 2001; BERRIEL, 2004b; POHL, 2010). É nesse contexto de colonização do Novo Mundo que, em 1516, Morus

escreveu sobre sua Ilha da Utopia, considerada uma das manifestações primordiais e mais significativas registradas do inconformismo social e da vontade de mudança. Nutrida com a euforia europeia pela descoberta de novas terras, o “lugar nenhum” de Morus se situa na esfera das possibilidades e representa o espírito de sua época, atônito diante de um novo mundo, vasto e desconhecido, onde tudo seria possível.

Inaugurando o termo “utopia”, a ilha descrita na obra de Morus (2001) possui formato de meia lua, com relevo que lembra um anfiteatro montanhoso. Originalmente, era conectada ao continente por um istmo, que foi destruído quando Utopos assumiu o território. Segundo o autor, essa ilha estaria localizada no “Novo Mundo” e possuiria 54 cidades idênticas em sua parte mais plana. A capital da ínsula de Morus é Amaurota e, assim como todas as outras 53 cidades, é cercada por uma muralha e dividida em quatro quarteirões, cada um com um mercado ao centro, contando com uma malha viária quadriculada.

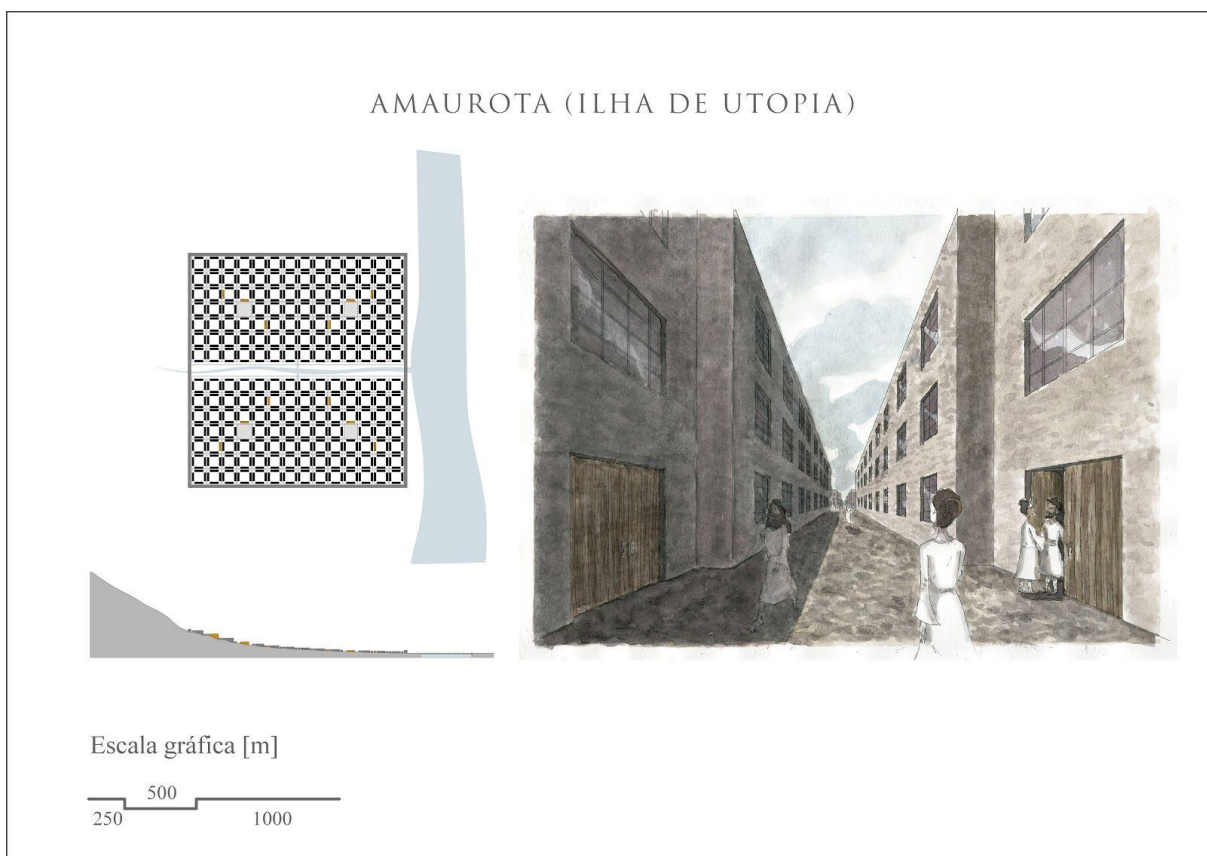


Figura 2 - Planta e corte volumétrico - ambos em escala - de Amaurota, capital da Ilha de Utopia. Na perspectiva, a ilustração de uma rua padrão. Elaborado pelos autores.

Alguns anos após a obra de Morus, Anton Francesco Doni (2004) escreveu seu Mundo Sábio e Louco em 1552, na Itália. Doni está cronologicamente inserido no Cinquecento, um século de muitas guerras e conquistas (a exemplo as de Carlos V), precedido por um período de paz que começou na metade do século anterior, período no qual surgiu o Humanismo. O homem humanista havia superado medos e crenças, valorizando a sua própria capacidade além da vontade divina. Valoriza também a medicina, a política, a ciência; são promovidas as atividades artísticas, os artesãos são elevados à categoria de artistas e surgem os mecenas (MORRIS, 2001).

“Anton Francesco Doni é um caso excepcional no Cinquêcento: não crê nem em valores humanísticos que preparem o homem para o saber e para um papel ativo na sociedade, nem na religião que não se ocupa dos males terrenos. Elementar, violento e igualitário, o comunismo de Doni é sobretudo uma reação violenta contra as estruturas sociais existentes: isso é de inspiração plebéia, não humanista. [...] Ao sonho humanista da cidade ideal prefere a segurança de uma existência elementar, conforme a lei da natureza. Doni é um escritor que, diferentemente de outros autores de utopias do Cinquêcento, não escreve para príncipes e sábios, mas para o povo, desejoso de soluções simples e diretas (BERRIEL, 2004a, p. 61)”.

Mundo Sábio e Louco parece ser a espacialização de toda a ironia de seu autor. Doni idealiza uma cidade em que as relações interpessoais não estabelecem vínculos emocionais, sendo inexistentes laços familiares e relações afetuosas. Em sua utopia, famílias não se formam e não existe patrimônio a ser herdado por descendentes. O modelo utópico é uma cidade fortificada com configuração radial e plana, possuindo ao centro um único templo com dimensões desproporcionalmente maiores do que os outros edifícios da cidade. O autor florentino compara a edificação com a Igreja Santa Maria del Fiore, em Florença, e pontua que a sua cúpula seria seis vezes maior do que a da igreja citada. O templo teria cem portas, das quais partiriam as cem ruas que levariam aos cem portões da cidade. As ruas seriam setorizadas por serviços complementares: se de um lado estivessem os doutores, do outro estariam os boticários; aqui os sapateiros, e em frente os comerciantes de peles; e assim por diante.

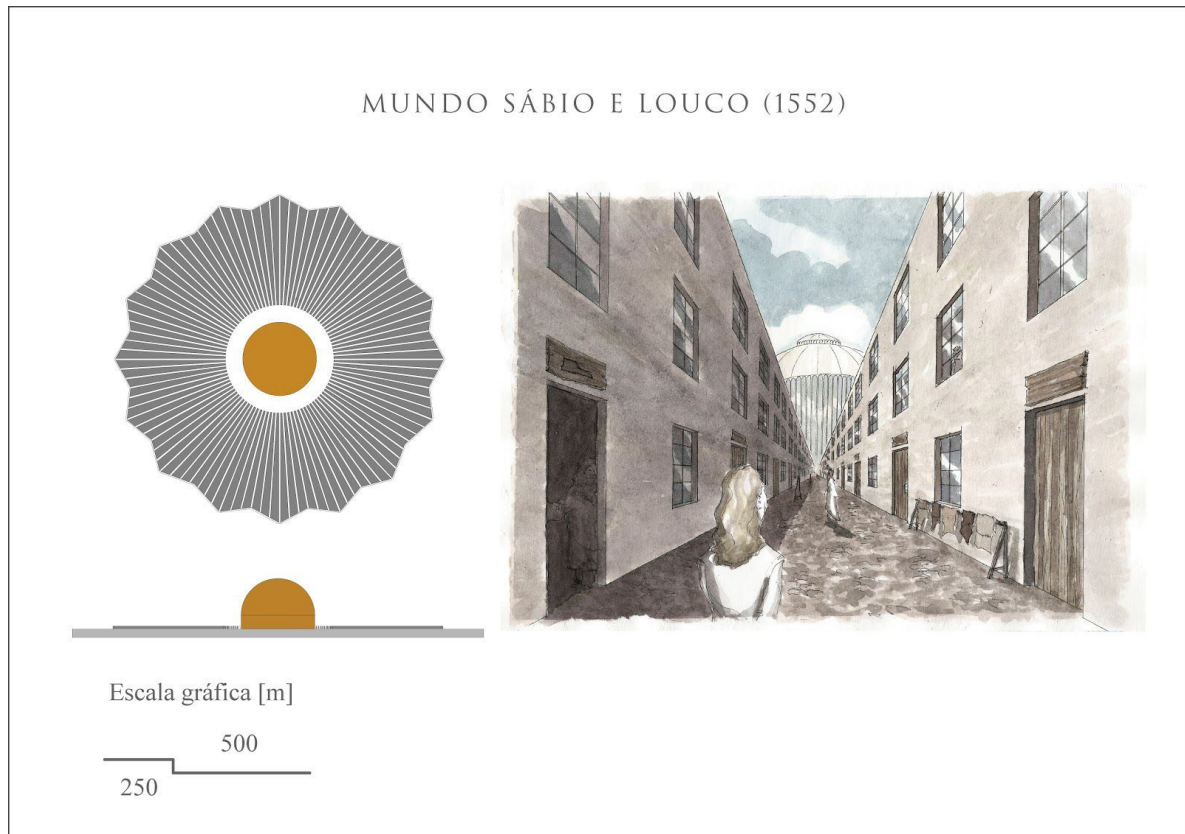


Figura 3 - Planta e perfil volumétrico - ambos em escala - de Mundo Sábio e Louco. Na perspectiva, ilustração de uma rua padrão nesta cidade utópica,, com os serviços complementares de cada um dos lados da rua e com a presença marcante e constante do templo monumental ao fundo. Elaborado pelos autores.

Também nascida na Itália, berço da Renascença, a utopia “Cidade do Sol” foi escrita em 1602 por Tommaso Campanella (2001), num período em que se considerava que a grande verdade residia no conhecimento científico e na busca pela compreensão das Leis do Universo. A Cidade do Sol reproduz a configuração do Sistema Solar Copernicano, evidenciando evidenciando o caráter racionalista que permeava o imaginário de Campanella. Caracteriza-se como uma cidade fortificada composta por sete anéis concêntricos escalonados sobre uma colina, alternados entre cheios (muralhas e palácios) e vazios (circulação interna). Numa grande planície, localizada no alto da colina envolta pela cidade, encontra-se o templo, o “Sol” do sistema fortificado. Partindo-se dele, cada anel possui o nome de um planeta, contendo desenhos e explicações sobre o cosmos em seus muros, ideia condizente com a preocupação dos estudiosos renascentistas em democratizar o conhecimento científico. Alinhados aos pontos cardeais, quatro caminhos atravessam ortogonalmente toda a cidade, sendo estes os únicos trajetos possíveis entre um anel e outro. Fora das muralhas, encontra-se uma vasta área agricultável, além de florestas para o exercício da caça.

A vida dos habitantes solares baseia-se no cientificismo e na tecnologia da época. Assim, é valorizada a observação dos astros e fenômenos naturais através de instrumentos como relógios solares. Além disso, nessa cidade utópica, seria utilizada a distribuição de

água através de fontes e aquedutos, evidenciando a preocupação com a implementação da tecnologia da época.

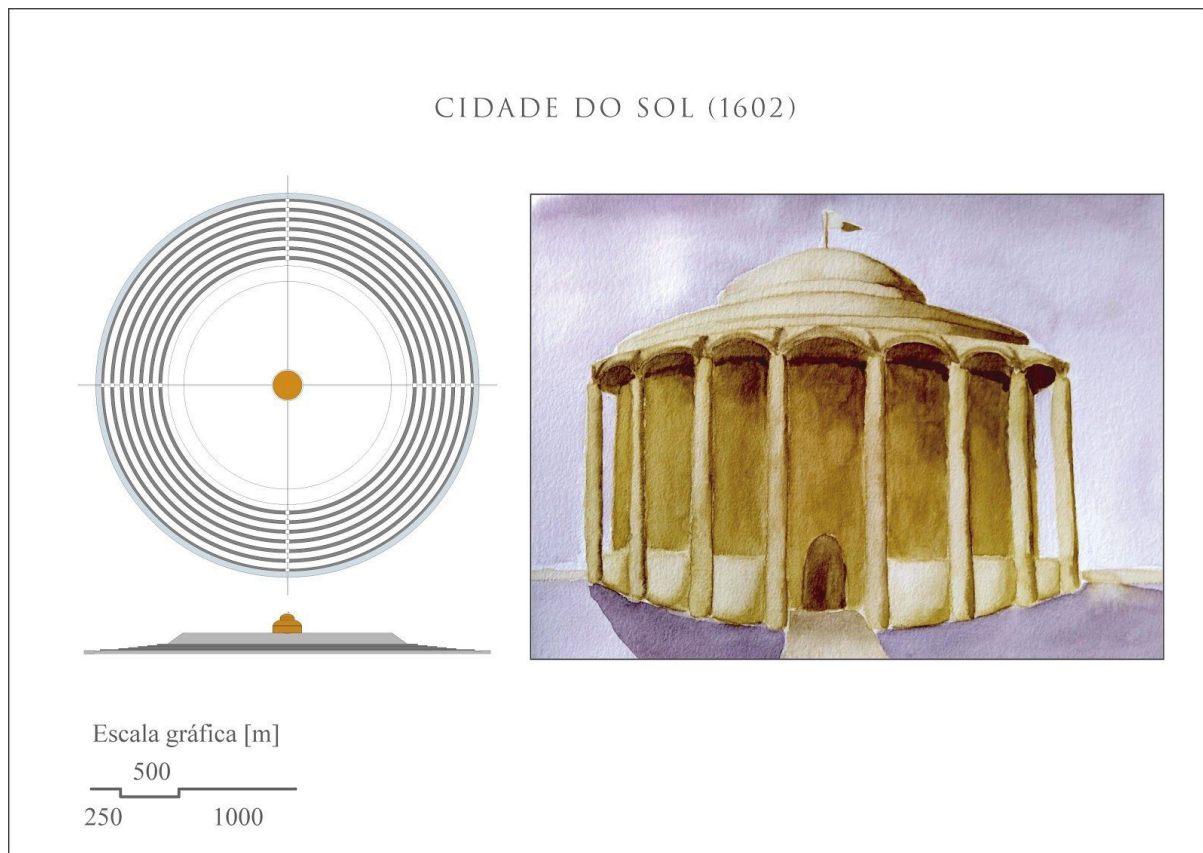


Figura 4 - Planta e perfil volumétrico - ambos em escala – de Cidade do Sol. Na perspectiva, ilustração do Templo Solar - espaço de poder e governança da Cidade do Sol, cujo topo da cúpula é coroado por uma bandeira que indicaria a direção dos ventos. Elaborado pelos autores.

Ainda durante o século XVI, houve um intenso movimento de contestação à Igreja Católica. Foi nesse período que se instauraram as reformas religiosas, originadas primeiramente em resposta às transformações pelas quais passava a Europa desde a Baixa Idade Média. É importante lembrar que esse primeiro momento reformista foi liderado pelo alemão Martinho Lutero, monge agostiniano e Professor na Universidade de Wittenberg, em 1517. O Professor escreveu um documento intitulado “ As 95 teses contra as indulgências” no qual faz duras críticas às práticas da Igreja. Num segundo momento, houve a Contrarreforma, que foi a reação da Igreja Católica frente à formação de Igrejas Protestantes (MORRIS, 2001).

A utopia alemã “Cristianópolis”, de 1619, foi escrita num período conturbado marcado pelo Renascimento e sua busca por conhecimento científico e pela ascensão da Contrarreforma da Igreja Católica, que buscava recuperar seu antigo poder hegemônico espacial e cultural (MORRISON, 2013). Na utopia de Johannes Andreae o aspecto religioso desenhou a cidade com a configuração de um monastério, permitindo apenas habitantes cristãos. A preocupação com a doutrina religiosa e o isolamento pode estar relacionada com as perseguições religiosas muito presentes na Europa durante a Inquisição, apresentando-se como um refúgio ideal onde existiria uma “comunidade de fiéis luteranos que creem bem, trabalham bem, estudam bem” (ANDREAE, 1916, p. 38).

Cristianópolis estaria situada numa ilha triangular imaginária chamada Caphar Salama, no Mar Acadêmico. O desenho da cidade é rigidamente ortogonal, organizado de tal maneira que a divisão do espaço atenderia a determinadas funções. Semelhante à Cidade do Sol em termos de organização e hierarquia, a planta quadrangular de Cristianópolis possui edificações concêntricas, com funções distintas. A partir da muralha externa em direção ao centro, tem-se, respectivamente: armazéns, duas fileiras de habitação, o colégio e o templo ao centro. Há uma única entrada a leste, que se estende para além das muralhas, onde há alguns equipamentos como hospital, cemitério, e usos como agricultura e pecuária.

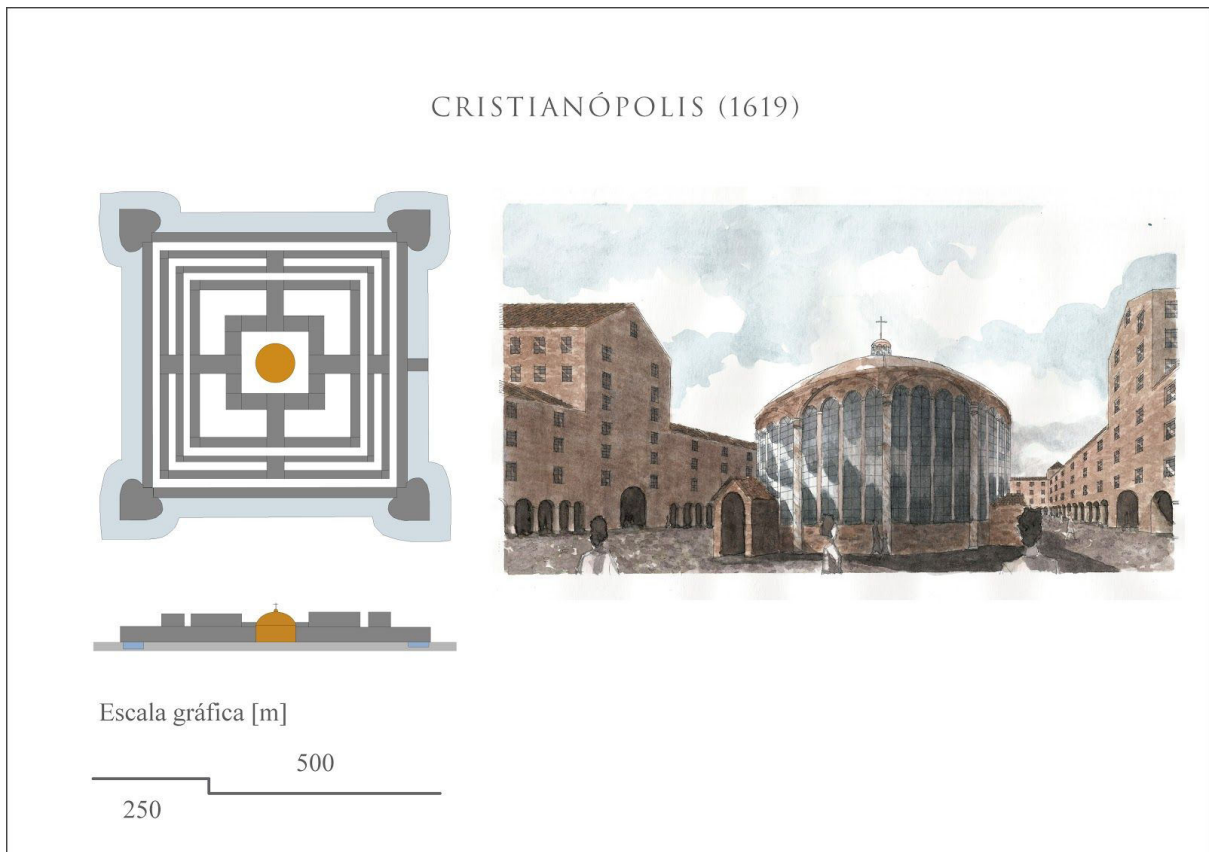


Figura 5: Planta e perfil volumétrico - ambos em escala - de Cristianópolis e perspectiva do espaço central da cidadela. Elaborado pelos autores.

Como uma crítica à racionalidade do Renascimento, surge, durante o século XVII, o Barroco, movimento profundamente ligado ao catolicismo. Essa corrente abordava a fuga do vazio espacial infinito - descoberto pelos filósofos renascentistas - explorando além das fronteiras reais e observando a existência de forma subjetiva e ligada aos sentidos (SANCHEZ, 2007). Inserido no contexto de Contra Reforma, o Barroco buscava recuperar os fiéis católicos por meio de sua simbologia que se referia ao medo da morte e à necessidade de praticar a religião para garantir a eternidade no paraíso, uma vez que os seguidores da Igreja estavam cada vez mais descrentes frente à revolução científica pela qual passava a Europa. É nesse cenário que, em 1682, é escrita Sinapia, a quinta utopia abordada neste artigo, na qual pode ter seu pragmatismo e rigor matemático associado ao racionalismo renascentista, ao mesmo tempo em que dialoga com o movimento vigente na época, o Barroco, pelos seus excessos e complexidade subjetiva.

A península imaginária atribuída a Pedro Rodrigues Campomanes (2011) chama-se Sinapia, e se contrapõe à Península Ibérica, uma vez que o próprio nome da utopia pode ser compreendido como um anagrama da palavra “Hispania”. Localizada na “Terra Austral”, na região da atual Austrália, Sinapia se constitui como uma utopia que valoriza o patriarcado, a família e a religião, ao mesmo tempo em que aceita a convivência de muitas culturas e nacionalidades. O autor possui uma maneira matemática de configurar sua utopia, semelhante a um fractal, em que utiliza uma unidade irreduzível (a casa da família) que se multiplica diversas vezes até formar uma unidade maior (bairro) e assim sucessivamente, conformando os quarteirões das vilas, que por sua vez se multiplicam conformando as cidades, as quais formam as nove províncias que constituem a península.

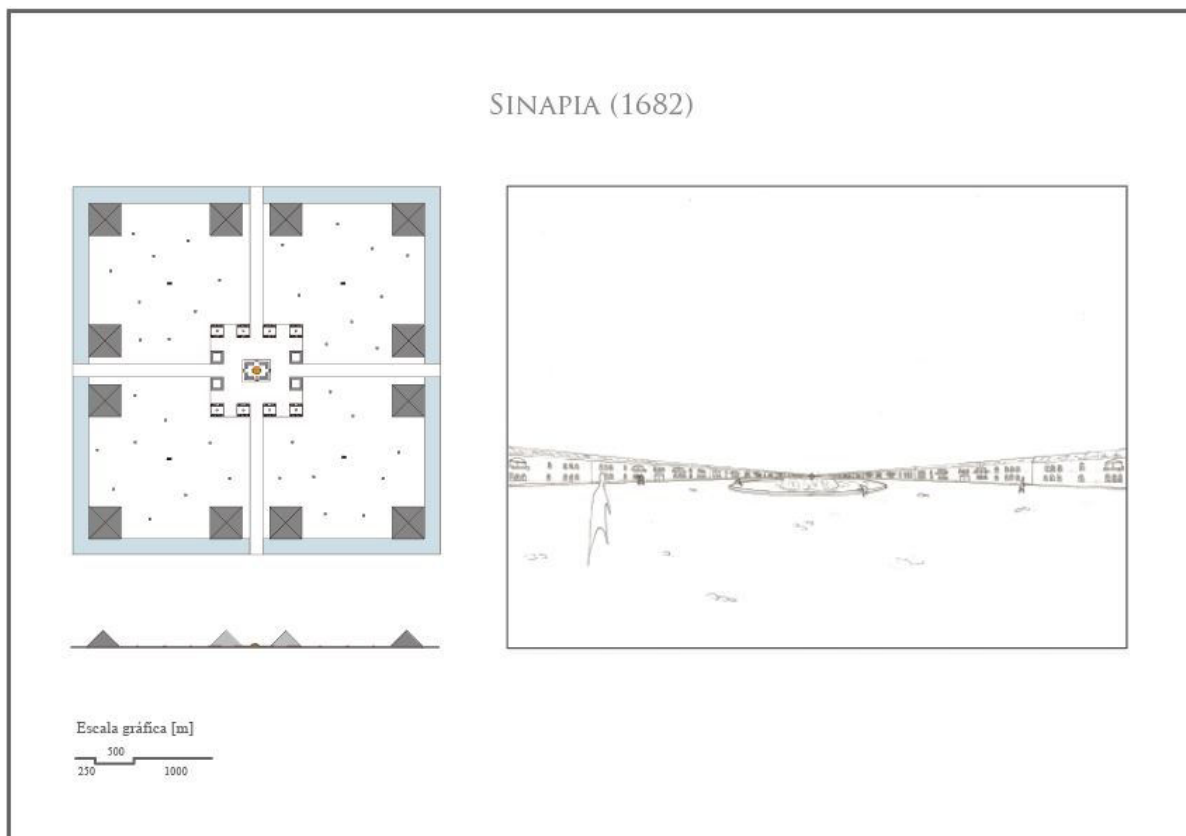


Figura 6: Planta e perfil volumétrico - ambos em escala - de Sinapia e perspectiva do espaço central da Villa. Elaborado pelos autores.

CORPO-MEDIDA: UTOPIAS RENASCENTISTAS

“O corpo é o ponto zero do mundo, lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino. Meu corpo é como a Cidade do Sol, não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos” (FOUCAULT, 2009. p. 14).

Apesar de o olhar imaginativo se distanciar da perspectiva comum de um corpo imerso no espaço, as medidas utilizadas para descrever essas espacialidades utópicas se espelham no corpo humano, e são oriundas da Idade Antiga. Larguras de ruas, distâncias entre cidades, altura de edifícios, espessuras de paredes e tantas outras dimensões são comparadas a pés, passos e palmos nas descrições das cidades utópicas renascentistas. Essas são unidades de medida concretas, que podem ser identificadas facilmente no corpo de cada um, mas que se tornam imprecisas ao serem reproduzidas, uma vez que acabam variando de corpo para corpo.

Além das medidas supracitadas, que referenciam diretamente as partes do corpo humano, os autores usam “milhas” e “léguas”, que também são medidas antropomórficas. Segundo Silva (2016), a unidade de medida “milha” surgiu na Roma Antiga e valia mil passos dados por um centurião, que na hierarquia militar romana era o sexto na cadeia de comando numa legião. Já a unidade de medida “légua” teve muitas variações de tamanho conforme o período histórico e região em que era aplicada. Contudo, ao falar sobre as origens dessa medida, normalmente os autores se baseiam na definição portuguesa, que define légua como a distância que se pode caminhar em linha reta durante uma hora (SILVA, 2016).

Assim, as espacialidades descritas pelos autores renascentistas acabam envolvendo as proporções do corpo humano. Tomás Morus explica a configuração da Ilha de Utopia:

“As cinqüenta e quatro cidades são edificadas sobre o mesmo plano e possuem os mesmos estabelecimentos e edifícios públicos, modificados segundo as exigências locais. A menor distância entre essas cidades é de vinte e quatro milhas, a maior é de uma jornada a pé” (MORUS, 2001. p. 75).

Pela descrição do autor, é inviável quantificar de maneira objetiva a maior distância entre uma cidade e outra, uma vez que as aproximações da medida de “uma jornada a pé” variam de pessoa para pessoa. A descrição de Sinapia, a península na Terra Austal, atribuída a Pedro Rodríguez de Campomanes (2011), exige o mesmo tipo de interpretação, considerando que a principal unidade adotada pelo autor é a légua:

“Divide-se toda a península em nove quadrados, de quarenta e nove léguas sinapienses de lado, que são tantas outras províncias, quem chamam Sá, que quer dizer “morada”, como Pá-Sá (morada de paz), Ay-Sá (morada preciosa), etc. (...) (...) Cada província volta a se dividir em quarenta e nove quadrados, de sete léguas de lado, que formam os partidos das cidades que compõem a província, e estas divisões, são feitas com fossas ou canais, algo mais estreito que os que dividem as províncias, mas, adornados com fileiras de árvores e pirâmides (...)” (ANÓNIMO / CAMPOMANES, 2011. p. 53, tradução nossa).

Morus (2001) e Campomanes (2011) imaginaram territórios vastos em suas utopias, usando medidas que remetem ao deslocamento do corpo, envolvendo aspectos particulares de cada pessoa ao deslocar-se, como tamanho do passo e preparo físico, por exemplo. Andreae, por outro lado, imaginou uma cidade muito pequena, facilmente caminhável e legível em suas dimensões. O autor fez uma descrição minuciosa de sua cidade utópica,

explicitando as dimensões de materialidades de diversas escalas, variando entre território, cidade, rua, moradia e detalhamento construtivo (ANDREAE, 1916).

“Não faria mal em descrever-vos, antes de tudo, a planta baixa da cidade. É quadrada, de 700 pés de cada lado, bem defendida por quatro baluartes e uma muralha. Se orienta exatamente aos pontos cardeais” (ANDREAE, 1916. p. 62).

Ao descrever uma cidade compacta e plana, Andreae imaginou uma polis legível e caminhável pelo corpo humano, uma vez que o autor não cita outros meios de transporte. Sinapia e Cidade do Sol, por outro lado, ao serem especializadas, ficam desproporcionais à escala humana. Ambas cidades imensas, Sinapia apresenta distâncias tão grandes que a paisagem resume-se praticamente na linha do horizonte. Cidade do Sol, de Tommaso Campanella, foi pensada como uma fortificação, sem apresentar grandes preocupações com o movimento dos corpos dos habitantes utópicos. Assim, as diferenças de nível geradas pela colina seriam pouco acessíveis na realidade, mas atenderiam à função de defesa do território, imaginada pelo autor. Além disso, contribuiriam com a representação da hierarquia de poder centralizada no templo monumental. Analisar os percursos que levam aos templos pode revelar certas incoerências espaciais dessas cidades. Esses trajetos, segundo os autores, seriam feitos cotidianamente, uma vez que para todos eles a religião é um aspecto importante ao imaginarem suas utopias. Contudo, não são todos eles que descreveram caminhos percorráveis pelos corpos utópicos.

Ainda nesse contexto, em Cidade do Sol e Cristianópolis o templo é localizado no centro geométrico das cidades, assumindo seu ponto focal. No entanto, o acesso ao espaço sagrado se dá de forma distinta nas duas utopias. No alto de uma colina, em meio a uma grande planície, localiza-se o colossal templo de Cidade do Sol, que se torna quase inatingível para os habitantes solares, uma vez que os caminhos que atravessam as construções circulares são demasiadamente extensos. Campanella imaginou quatro caminhos ortogonais às muralhas da cidade e alinhados aos pontos cardeais, que coincidiriam no centro da cidade, onde estaria posicionado o templo. Em Cristianópolis o relevo é plano e seu templo também estaria no centro da cidade, no entanto, sua escala reduzida possibilitaria que o fiel alcance esse espaço sagrado a pé facilmente por meio de quatro caminhos - alinhados aos pontos cardeais - que ultrapassam as fileiras dos edifícios e chegam na praça central inexpugnável (ANDREAE, 1916. p. 62). Dessa forma, pode-se notar que as diferenças primordiais entre essas duas utopias são a topografia e a área total da cidade, ambas totalmente diferentes nas duas cidades.

Em Mundo Sábio e Louco, o mesmo caso se repete, o templo é colocado no centro da cidade, onde coincidem os caminhos que cortam as edificações. Todavia, aqui as ruas são em número de cem e não há conexão entre elas ou relação com os pontos cardeais. Doni não se preocupa em especificar trajetos confortáveis para o corpo do habitante que experienciaria essa cidade. A organização dos serviços disponibilizados nas ruas parece estar relacionada à categorização do espaço, não a uma possível praticidade voltada para a vida do cidadão de Mundo Sábio e Louco.

“Do ponto de vista da implantação arquitetônica das edificações, verifica-se que na Cidade em Sol e em Mundo Sábio e Louco os templos têm características muito semelhantes: possuem plantas circulares e representam a origem, como num sistema cartesiano,

das ruas que rasgam as cidades de uma borda à outra. Assim, suas portas se abrem para as vias, de modo que o pedestre sempre obedeça a um fluxo retilíneo e direto para adentrar o espaço sagrado. No entanto, um aspecto é crucial para diferenciar a permeabilidade entre um e outro: enquanto Doni imagina uma cidade plana, Campanella tira partido da topografia para enaltecer o templo como astro principal de sua cidade. Por ser praticamente inacessível, o templo de Cidade do Sol fica muito mais afastado do cotidiano dos habitantes, concretizando a vontade de Campanella de aproximar a sociedade do conhecimento exposto nas paredes da cidade. Doni, por outro lado, não expõe em seu livro nenhum interesse em nutrir a vontade de aprendizagem dos habitantes de Mundo Sábio e Louco, aproximando-os apenas da religião (que apresenta noções de religiosidade totalmente diferentes das conhecidas atualmente). Assim, para transitar de uma rua à outra nesta cidade é preciso passar pelo templo, o qual passa a ser um espaço não apenas de culto, mas de fluxo” (AUTORES, no prelo).

Em Utopia, os templos estariam distribuídos pelos quarteirões, lembrando que Morus permitia que houvesse paróquias de diferentes correntes religiosas, desde que sempre cristãs. Essa distribuição parece estar destinada a simplificar o deslocamento dos habitantes utópicos dentro de seus bairros. Em Sinapia, Campomanes também imagina templos distribuídos pelos bairros, mas a distância entre esses espaços sagrados e as habitações é tão grande que passa a ser muito mais exaustiva do que em Utopia. Dessa forma, as distâncias em Sinapia são tão exageradas que parecem estar mais relacionadas a uma lógica matemática reguladora do que condizentes com as necessidades dos habitantes sinapienses.

O modo como os pensadores organizam as cidades, gerando essas incoerências espaciais, evidencia a primazia pelo desenho em detrimento de relações corpóreas que se estabelecem com o espaço urbano cotidianamente. Anton Francesco Doni, em Mundo Sábio e Louco, não especifica nenhuma medida, fazendo apenas uma ou outra comparação com edifícios existentes, como a Igreja Santa Maria del Fiore, emblemática pela cúpula projetada por Brunelleschi, em Florença. Percebe-se aí que o autor não se preocupa, em nenhum momento, com qualquer relação corpórea entre os habitantes dessa cidade e a sua materialidade edificada. Há muito, na paisagem imaginária dessa cidade utópica que não foi especificado, largura de ruas, pé direito das habitações, largura de paredes e etc. Isso explica a falta de coerência entre corpo do habitante e corpo da cidade. Um exemplo dessa incoerência é o fato de o autor não especificar, em nenhum trecho, alguma ligação entre as cem ruas radiais de sua cidade.

“Todas aquelas utopias pelas quais eu esquivava meu corpo encontravam muito simplesmente seu modelo e seu ponto primeiro de aplicação, encontravam seu lugar de origem no meu próprio corpo. Enganara-me, há pouco, ao dizer que as utopias eram voltadas contra o corpo e destinadas a apagá-lo: elas nascem do próprio corpo e, em seguida, talvez, retornem contra ele” (FOUCAULT, 2009. p. 11).

Os criadores das cinco utopias analisadas neste artigo utilizam medidas antropomórficas, aplicando lógicas espaciais externas ao espaço, de maneira a moldar ambientes totalmente novos, descompromissados com a realidade vigente. Por essa razão, entende-se que esses autores renascentistas supracitados utilizam-se do “corpo-medida”, uma vez que, para eles, o corpo humano não passa de uma referência, que precisa ser simplificada a um tipo ideal para que as dimensões mensuradas por esse corpo possam ser reproduzidas. Em suas utopias, não existe qualquer comprometimento com um suposto sítio existente e adaptações do espaço a possíveis necessidades dos habitantes são imperceptíveis. Certamente, os autores se utilizam de modelos de corpos, criando habitantes utópicos totalmente idealizados e estereotipados. A severidade com que as características dos habitantes utópicos são descritas, assim como os seus hábitos, é determinante para a manutenção do status-quo da utopia imaginada.

“O que os autores progressistas têm em comum é uma certa concepção de homem e de razão subjacente às suas propostas de cidade ideal. A noção de um homem perfeito equivale à idéia de indivíduo-tipo - que independe das contingências, dos lugares e do tempo a que pertence -, possibilitando a identificação das necessidades-tipo, deduzidas cientificamente como verdades absolutas” (SAMPAIO, 1996. p. 56).

Em todas essas cidades, os autores descrevem hábitos cotidianos, como alimentar-se, rezar, estudar, trabalhar, etc. Esses hábitos estão relacionados a espaços na cidade, como refeitórios comunitários, templos, escolas, armazéns. Os cidadãos dessas utopias têm uma rotina diária pré-estipulada que consiste em transitar entre esses locais e desempenhar suas atividades neles, sendo que o plano de cidade já contém esses trajetos e desempenhos tão determinados, que tiram deles qualquer caráter político, subjetivo ou artístico que possam estimular. Percebe-se como ponto em comum nos modelos utópicos estudados que a determinação espacial rígida e precisa dessas relações entre corpos cidadãos e o corpo da cidade busca garantir uma ordem planejada, que seria o mecanismo responsável por assegurar o correto funcionamento da cidade utópica, de acordo com as intenções de seu autor. Dessa forma, as cidades permaneceriam em configurações invariáveis (tanto físicas quanto econômicas, políticas, etc), que não dariam espaço para o acaso, para a criatividade e engajamento ideológico de seus habitantes.

Sobre isso, muito antes de todos esses escritos, Platão havia se prevenido contra esse caos criativo em sua cidade ideal: “A República”. Amparado por sua teoria de um mundo das essências, das Idéias Puras, que está muito acima do mundo sensível que temos perante os nossos olhos, Platão descreveu uma cidade idealizada e isolada de todo o resto do mundo. “Platão colocará sua cidade no interior, longe do mar e das possibilidades de contato com culturas ‘degeneradas’” (COELHO, 1981. p. 21). Esse isolamento tinha como objetivo garantir que os cidadãos de A República estivessem seguros de más influências, de modo a não mudarem suas convicções, não serem “corrompidos” por influências externas. Esse enrijecimento do pensamento dos habitantes da Cidade Platônica se justifica uma vez que Platão idealiza não só o espaço físico de sua cidade utópica, mas também seus cidadãos, seus paradigmas e seu modo de vida. Conclui-se então que o filósofo evitou o caos criativo e artístico que certamente desvirtuaria toda a sua utopia:

“Platão é extremado, nessa opção: o artista, o poeta, isto é, aquele que de modo particular põe em exercício a primeira consciência, a consciência do sentir, será escorraçado de sua cidade ideal. Nela ele não tem vez. Platão argumenta que a arte só serve para enganar os homens, desviando-os da razão - mas o que ele teme na verdade é a liberdade, a contestação, a subversão, o caos criativo que a prática artística pode trazer ao negar os controles e as ideias feitas típicas da consciência racional” (COELHO, 1981. p. 36).

De fato, percebe-se que todos os autores estudados também isolam suas utopias em ilhas, penínsulas de difícil acesso ou as afastam de qualquer outra formação urbana através de infundáveis planícies. Apesar disso, alguns autores descrevem a ocasional entrada de estrangeiros, viajantes e explicitam o risco de invasões, que seriam situações atípicas, influências externas. Assim, mesmo admitindo raras interações extraordinárias, as utopias renascentistas também ficam isoladas, de modo a serem cidades autossuficientes.

Ainda que tolerem eventuais influências externas, as cidades utópicas renascentistas ainda suprimem o engajamento artístico e o posicionamento ideológico (inclusive aquele que aparece das formas mais simples e intuitivas, como preferências e opiniões banais) de seus habitantes. “O conformismo deve prevalecer na cidade acabada” (COELHO, 1981. p. 40). Como apontado anteriormente, até mesmo trajetos e atividades diárias estão descritas nos livros, de modo que nenhum detalhe dê margem para o imprevisto. Ainda sobre “A República” de Platão, Teixeira Coelho escreve:

“(…) E a obediência ao líder deve manifestar-se mesmo nos detalhes: as pessoas só devem, a rigor, movimentar-se, tomar banho ou comer quando e se lhes for assim ordenado. O objetivo final é habituar o espírito a nunca agir independentemente - e, mesmo, eliminar a vontade de ação autônoma” (COELHO, 1981. p. 36).

Dessa maneira, a forma com que as ações humanas são pré-determinadas pelos autores das cinco utopias abordadas neste artigo, e a relação dada ao corpo humano como medida implica na ausência da atuação do indivíduo utópico como cidadão. Seus direitos civis se tornam limitados ao se impossibilitar que manifeste suas ideologias e conteste a razão pré-estabelecida da cidade na qual pertence. Quando Platão e os autores renascentistas estudados isolam suas cidades, impedem que seus habitantes tenham contato com ideias que possam contestar o controle e a rigidez utopias. Negar o indivíduo como um ser carregado de subjetividades e necessidades gera, como consequência, realidades utópicas controladoras social e espacialmente - espaços completamente fora da escala humana e organizações civis rigorosas -, e impede que o mesmo experiencie a vida cidadina de acordo com seus sentidos.

CORPO-EXPERIÊNCIA: NOÇÕES CONTEMPORÂNEAS

A restrição e previsão de todos os movimentos corpóreos que seriam performados nas cidades utópicas configuram uma coreografia urbana altamente limitada. Nesse sentido, as performances cotidianas de cidadãos utópicos, seus movimentos mais simples, estão

coreografados nas descrições das cidades, pré-estipulados de tal forma a aprisioná-los na repetição eterna dos mesmos gestos. Ao mesmo tempo, as descrições dessas movimentações são tão superficiais, que parecem simplificar demasiadamente esse ato de atravessar o espaço. Essa simplificação torna este um movimento-tipo, como se único fosse, desempenhado sempre da mesma maneira, por habitantes estereotipados e equivalentes em suas características.

“A rigor não se pode falar de uma realidade, mas de realidades, cuja pluralidade decorre de ser o homem um ser não passivo, posto que é ele o próprio construtor do mundo, edificador da sua realidade. [...] Portanto a idéia de homem uno, indivisível, é uma representação, não é real” (SAMPAIO, 1996. p. 58).

Ao incorporarmos o texto de Sampaio (1996) à apreciação de práticas cotidianas, parece ser possível aproximar os nossos movimentos mais naturais e corriqueiros àqueles dançados, se pudermos encarar a dança como um campo de experimentação da imprevisibilidade das coisas, de ações não-programadas e voluntárias, edificadas pelo desejo próprio. Paola Jacques (2008) escreve sobre coreografia e afirma que esta “pode ser vista como um projeto de movimentação corporal, que implica, como no projeto urbano, em desenho (ou notação), composição (ou roteiro) etc” (JACQUES, 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>).

“Importa lembrar, no entanto, que alguns nomes importantes nos estudos da dança, como, por exemplo, Mark Franko (1995 e 2002), Randy Martin (1998), Susan Manning (2006) e Bojana Kunst (2009), entre outros, têm avançado, desde os anos 1990 e de modo consistente, a hipótese de que a dança, ao dançar, ou seja, no momento em que se incorpora no mundo das ações humanas, teoriza inevitavelmente nesse ato o seu contexto social” (LEPECKI, 2012. p. 45).

É por isso que Jacques afirma que o próprio ato de transitar pela cidade pode ser visto como uma resistência à espetacularização, à medida em que os corpos descrevem o que ela chama de “micro resistências”, que respondem às predefinições projetuais. O que Paola Jacques chama de espetacularização está relacionado ao processo de transformação da cidade em mero cenário onde os corpos habitantes parecem se movimentar de modo quase alheio à visitação e descoberta de sensações e de tensões espaciais. Ao serem possíveis ações não-programadas, aquelas que inevitavelmente escapam ao projeto arquitetônico e urbanístico, os corpos cidadãos performam gestos que condizem e questionam sua realidade, numa dinâmica que os revela como sujeitos donos de suas verdades. Essa sucessão de movimentos, quando experimentada no espaço público, torna-se um processo contínuo de descoberta de tensões sociais e espaciais, ou seja: de tensões entre corpos cidadãos e entre corpos cidadãos e o corpo da cidade. Assim, os corpos que experimentam a cidade acabam atualizando e redefinindo o projeto urbano enquanto remodelam o projeto de movimentação corporal (JACQUES, 2008). “Eu me experimento na cidade, a cidade existe por meio de minha experiência corporal. A cidade e meu corpo se complementam e se definem” (PALLASMAA, 2011).

O que parece incomodar Jacques é o empobrecimento da experiência urbana, numa dinâmica restrita entre corpo cidadão e corpo da cidade, que priva os corpos da errância, e que dificulta que o caminhar se transforme num ato simbólico que nos faça, realmente, habitar o mundo (CARERI, 2013). A autora argumenta que o projeto urbanístico tradicional deixa escapar essa correlação que os corpos formam ao se colocarem em diálogo com o corpo da cidade.

“Os urbanistas indicam usos possíveis para o espaço projetado, mas são aqueles que o experimentam no cotidiano que os atualizam. São as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano” (JACQUES, 2008).

Nas utopias estudadas, as relações entre corpo cidadão e corpo da cidade se restringem a sequências de passos tão enrijecidas que resultam em interações fundamentalmente impessoais com o espaço, de indivíduos programados em um “reino onde todas as coisas estão em repouso” (COELHO, 1981). O “repouso de todas as coisas” parece estar ligado à monotonia do espaço, que não tem marcas do intemperismo ou de envelhecimento da materialidade idealmente construída. Esse repouso está ligado também ao fato que os autores não descrevem relações de memória ou afetividade entre cidadãos e espaço: em todas as utopias estudadas, a propriedade privada é deliberadamente banida e por vezes os autores prevêm que os habitantes alternem suas moradias justamente para que não criem laços afetivos com o lugar.

Sem laços afetivos que se criam ao longo do tempo, essas construções ideais mantém seu caráter parcial, neutro e funcional. Além disso, as suas próprias funções e aparências mantêm-se sempre as mesmas, uma vez que a ação do tempo é praticamente anulada devido à tamanha pré-definição espacial descrita pelos autores. Em Utopia, Morus admite a passagem do tempo, mas a mascara ao descrever reparações que seriam feitas assim que os edifícios apresentassem qualquer marca de uso ou qualquer pequena falha. Choay explica que essa reparação não deve ser confundida com aquela que Alberti define em seu tratado de arquitetura. Alberti afirma que “certos edifícios devem ser conservados como a marca de uma história em permanente devir” (CHOAY, 1985. p. 163). Morus, por outro lado, prevê essa reparação constante, de modo que os edifícios fiquem idênticos a si mesmos permanentemente (CHOAY, 1985).

“Para Morus, a reparação não está pois a serviço de uma lembrança, mas de uma repetição: repetição das condutas-modelo sob a ação do estímulo, eternamente presente, que é o espaço-modelo integral” (CHOAY, 1985. p.163).

Assim, entende-se que as paisagens imaginárias das cidades utópicas estudadas são desprovidas de laços afetivos entre cidadãos e edificações, assim como não existem eventuais marcas de uso e do intemperismo. Além disso, são descritas de maneira uniforme, através da repetição das mesmas lógicas espaciais em toda a cidade, que resulta de um vocabulário arquitetônico pobre e repetitivo, que facilmente daria uma impressão labiríntica à cidade. A paisagem real das cidades reais, por outro lado, são cheias de laços afetivos e de desgostos, e podem apresentar um vocabulário arquitetônico (inclusive vernacular) muito

rico, que diversifica e facilita a leitura da cidade pelos corpos que a experienciam. Kevin Lynch aborda isso ao apresentar cinco elementos que auxiliam na percepção das cidades e suas partes, os quais auxiliam a locomoção do indivíduo na mesma, são eles: vias, limites, bairros, cruzamentos e pontos marcantes (LYNCH, 1960). Além disso, existem as inegáveis relações temporais com a cidade, em que o corpo que a experiencia encontra marcas de outrora, como edificações antigas ou hábitos que permanecem em determinados lugares. Assim, o tombamento de certos bens edificados e imateriais marca a memória dos cidadãos, revelando uma paisagem que entrelaça presente e memória de quem a aprecia. Esse entrelaçamento dá densidade à experiência corporal da cidade, fazendo com que essa experiência percorra caminhos pessoais e subjetivos.

“[...] a cidade real reflete as circunstâncias contraditórias de um mundo não unitário e fragmentado, comum às grandes cidades, enquanto a cidade ideal é imaginada em modelos e módulos, cuja compartimentação é o que permite controlar as situações - tipo laboratório *in vitro* -, afastando as perturbações oriundas do imprevisto, da aleatoriedade, da complexidade dos fatos em sua concretude mundana” (SAMPAIO, 1996. p. 59).

Careri defende a hipótese de que o caminhar é uma prática estética, na qual o simples fato de caminhar, especialmente quando por caminhos além daqueles pré estabelecidos, enquanto se aprecia a paisagem e se experiencia o espaço, inicie uma intervenção urbana. Da mesma maneira, Paola Jacques escreve sobre o tema, apontando essa prática como uma resistência à espetacularização da cidade. Os situacionistas também investigaram uma maneira de apreciar a cidade, lúdica e nômade, através do que chamam derivas urbanas, demasiadamente parecidas com as errâncias de Jacques e de Careri. Houve ainda outras maneiras de encarar esse ato de atravessar o espaço, como uma forma de antiarte pelo movimento *dadá*, ou uma forma escultórica, do *land art*. (CARERI, 2013)

CONSIDERAÇÕES E APRENDIZADOS

As duas abordagens do corpo apontadas neste artigo, corpo-medida e corpo-experiência, revelam a mudança de mentalidade que ocorreu na maneira de abordagem da corporalidade humana no âmbito da construção e vivência dos espaços. No primeiro caso, o corpo métrico e racional é idealizado, tipificado e inerte frente ao projeto imaginado, enquanto no segundo caso, o corpo sensível tem uma importância fundamental na atualização cotidiana do projeto edificado, enlaçando sua subjetividade com o espaço e atuando ativamente na sua construção social. A condição inerte e imutável dos habitantes utópicos, como já dito, colabora com a manutenção do status-quo da utopia imaginada: perfeita em seu funcionamento e imune a transformações. Sampaio (1996) escreve sobre essa supressão do engajamento político dos indivíduos utópicos ao falar sobre a noção de justiça explicitada pelos autores:

“A justiça na cidade ideal, utópica, é sempre algo que interessa ao Estado e pouco diz respeito ao indivíduo, e, seja como discussão filosófica (Platão), obra literária (Morus) ou modelo espacial

moderno (Le Corbusier), a preocupação central estará na ordem e no controle social, de modo a se evitar a conturbação, a anarquia, a revolução ("Arquitetura ou revolução", já dizia Le Corbusier)" (SAMPAIO, 1996. p. 55).

Ao comparar discussão filosófica, obra literária e modelo espacial moderno, Sampaio coloca em xeque a posição em que os arquitetos e urbanistas podem colocar os usuários ao imaginarem seus projetos, ou ao diagnosticarem a cidade, que frequentemente parece estar doente por não obedecer a uma ordem. Nesse sentido, o presente artigo busca estimular a reflexão na comunidade acadêmica acerca do modo de atuação dos projetistas, levando em conta o determinismo pretensioso do desenho frente à complexidade multipluralista da sociedade.

"Assim como o pensamento utópico evoluiu para uma concepção de socialismo científico, também o urbanismo, seguindo a trilha, vai pretender instaurar um urbanismo científico, no qual o ordenamento espacial baseado num sistema de valores apoiado na razão, voltada para um homem tipo universal, vai constituir-se um dos mitos da sociedade industrial emergente no século XIX" (SAMPAIO, 1996. p. 56).

O corpo-medida, como apresentado neste artigo, está obsoleto para os projetistas de hoje em dia, uma vez que o sistema métrico já faz parte de nossas realidades há mais de um século. No entanto, é preciso não desprezar as atuais considerações sobre o corpo-experiência, significativo ator na concretização cotidiana de um projeto edificado. A prática de caminhar sem rumo, própria dos corpos que experienciam a cidade, compõe uma sequência de movimentos juntamente ao espaço e aos demais corpos transeuntes, sendo esta sequência sempre variável e vulnerável a imprevistos, de maneira que não possa ser coreografada, sempre dependente da subjetividade do usuário. "Nossos corpos e movimentos estão em constante interação com o ambiente; o mundo e a individualidade humana se redefinem um ao outro constantemente" (PALLASMAA, 2011. p. 38).

Relacionando os aspectos apresentados das cidades utópicas com as cidades reais, pode ser possível questionar a própria crítica utópica do autores estudados, marcada por muitos aspectos racionalistas, e que simplificam a realidade e a complexidade humana à vontade de um único idealizador. As cidades utópicas estudadas criticam a realidade buscando novos modelos socioespaciais, mas não prevêm transformações internas, propostas por seus próprios habitantes. Essas realidades utópicas desconsideram o surgimento de outras utopias ao ignorarem as subjetividades e os questionamentos de seus seus cidadãos.

Assim, tendo a consciência da pluralidade dos indivíduos e o reflexo disso no espaço urbano, deveriam as utopias contemporâneas serem eternamente mutáveis, ao desejo de seus habitantes? Qual seria, então, a diferença entre uma cidade utópica (uma alternativa à realidade) e uma cidade real (que está em constante transformação)? Diante dessa similaridade, não seria possível admitir, então, que esses espaços mutáveis, micro-utopias, estariam escondidos em sobras e vazios da cidade real?

REFERÊNCIAS

ANDREAE, Johannes Valentinus. **Christianopolis: an Ideal State of the Seventeenth Century (Reipublicae Christianopolitanae Descriptio)**. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press, 1916.

ANÓNIMO / CAMPOMANES. **Descripción de la Sinapia, Península en la Tierra Austral**. Edição de Miguél Aviléz Fernández. Colección Utopias. Círculo de Bellas Artes, Madrid, Espanha. 2011.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004. 111 p. ISBN 8530802918.

AUTORES. Cidades Utópicas: o Espaço Sagrado no Desenho Urbano do Imaginário Renascentista. **no Prelo**, Florianópolis, p.1-17.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. “Uma Utopia do Cinquecento: ‘Mondo Savio e Pazzo’, de Anton Francesco Doni”. **Revista Morus**, Campinas, São Paulo, v.1, n.1, 2004a, p. 129-146.

_____. “Cidades utópicas do Renascimento”. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, v.56, n.2, 2004b, p. 46-48.

CAMPANELLA, Tommaso. **Cidade do Sol**. Edição Ridendo Castigat Moraes, 2001. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/cidadesol.html>. Acesso em: 11 de agosto de 2016.

CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1985. 333 p. (Estudos; 88. Urbanismo).).

COELHO, Teixeira. **O Que é Utopia**. São Paulo: Editora Brasiliense. 2ª edição, 1981.

DONI, Anton Francesco. “Mondo Savio e Pazzo” (tradução de Carlos E. O. Berriel). **Revista Morus**, Campinas, São Paulo, v.1, n.1, 2004, p. 129-146.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico; As heterotopias**. n-1 Edições, São Paulo, 2013.

GRENGLER, Paul F. “Utopia in Renaissance Italy: Doni's ‘New World’”. **Journal of the History of Ideas**, Pennsylvania, v.6, n.2, 1965, p. 479-494. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2708495?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias Urbanas. In: **Arqtextos Revista Vitruvius**, 2008. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>, acesso: 14 de outubro de 2018.

LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

MICHELS, Glaycon. "Aspectos históricos da cineantropometria: do mundo antigo ao renascimento". **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p.106-110, 2000. Anual. Disponível em: <http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/51/104-_ASPECTOS_HISTYRICOS_DA_CINEANTROPOMETRIA_-_ok.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

MORRIS, Anthony E. J. **Historia de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la revolución industrial**. Barcelona, Espanha: Ediciones G. Gili, 2001.

POHL, Nicole. "Utopianism after More: the Renaissance and Enlightenment". In: **The Cambridge companion to utopian literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p.51-78.

SA, Teresa. **Lugares e não lugares em Marc Augé**. Tempo soc., São Paulo , v. 26, n. 2, p. 209-229, Dec. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 29/09/2018.

SAMPAIO, Antonio H. L. "Cidade ideal, imaginação e realidade". **Rua: revista de urbanismo e arquitetura**, Salvador, v. 4, n. 1, p.54-65, 1996. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1356/1/3116-7269-1-PB.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2018.

SANCHEZ, Cristo Rafael Figueroa. **Barroco y neobarroco en la narrativa hispanoamericana :: cartografías literarias de la segunda mitad del siglo XX**. Medellín: Editorial Pontificia Universidad Javeriana e Editorial Universidad de Antioquia, 2007. 287 p.

SILVA, José R. N. da. **Etnomatemática: Abordagem dos diversos tipos de unidades de medidas e sua utilização no sertão alagoano**. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Matemática, Matemática, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2347/1/Etnomatem%C3%A1tica%20-%20abordagem%20dos%20diversos%20tipos%20de%20unidades%20de%20medidas%20e%20sua%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20no%20sert%C3%A3o%20alagoano.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2018.